

Até onde vai a recuperação

Raramente são os economistas felizes em suas previsões. Mesmo os do Fundo Monetário Internacional (FMI) revisam a cada mês suas estimativas para adaptar-se à realidade cambiante. Não se deve, pois, estranhar que hoje o prudente otimismo dos círculos empresariais brasileiros esteja enfrentando o pessimismo da grande maioria dos economistas, ainda não convencidos da durabilidade da recuperação econômica do País. E isso porque não se identificou claramente a razão do atual crescimento da demanda.

Há um fato novo: os reajustes salariais têm sido mais frequentes neste exercício do que no anterior. O que favorece, consequentemente, uma demanda mais sustentada, especialmente se se considerar que nem todas as categorias profissionais conseguem obtê-los ao mesmo tempo. Cumpre levar em conta outro fator. A renda salarial não constitui a principal fonte de poder aquisitivo; de fato, os rendimentos do capital (que podem encontrar origem na remuneração salarial), numa economia em que se inventou a moeda indexada, exercem cada vez maior importância na formação da demanda. Ora, com a inflação crescente, esse suplemento de renda se amplia, fortalecendo a ilusão de que a poupança se fortalece. Estamos certamente na presença, hoje, de uma fase em que é maior a propensão ao consumo. Convém acrescentar que nem todos os setores estão

experimentando uma nítida melhora, embora na área do mercado interno haja três que vêm tendo bom desempenho. Em primeiro lugar, a indústria automobilística. Nesse caso, observa-se a irrupção de uma demanda reprimida, que esperava uma decisão oficial quanto à possibilidade de oferta do carro popular. Finalmente adotada, esta ampliou o número de pessoas capacitadas a adquirir um automóvel. Mas, ao contrário de que parecem acreditar as montadoras, não se pode prever uma demanda crescente, a menos que, com aumento das vendas, consiga a indústria reduzir seus preços. O segundo setor que parece reagir é o da construção civil. Não haja ilusões: muitas vezes, uma reação no setor significa apenas o receio da inflação, contra a qual se procura defesa com a compra de bens de raiz. O terceiro setor em ascensão é a Agricultura. Não acreditamos que se esteja diante de uma safra recorde, ainda que, no caso de alguns produtos, entre eles a soja, tenha havido um progresso indiscutível. Sem dúvida, o universo rural está mais capitalizado do que no ano passado. Esse segmento está recorrendo menos ao crédito, fazendo assim uma economia importante nos seus custos de produção, a qual se traduz por um aumento da renda, especialmente num



ano em que as cotações no mercado interno não estão em queda.

Falamos, assim, de três setores que exercem sobre a economia em geral um efeito multiplicador, três setores que o governo pretende respaldar ainda mais com investimentos em obras públicas que empreguem muita mão-de-obra não especializada. Com isso se assiste a um crescimento da demanda de

bens e serviços, o que permite sustar o desemprego que se acentuou no ano passado, com sérios efeitos negativos sobre a demanda. O fato é que nem todos os setores — notadamente o de bens de equipamentos — estão vivendo esta fase de razoável recuperação, o que constitui ponto negativo, uma vez que somente os investimentos representam indícios de uma verdadeira reativação da economia.

Não se registra uma explosão da demanda. A atual recuperação pode ser perfeitamente atendida graças à existência de uma capacidade ociosa de produção. Quanto ao pessimismo dos economistas, convém lembrar que decorre da ausência, no programa atual do governo, de medidas que permitam pensar na queda da inflação. Se esta vier a subir, logo se verificará uma queda da demanda, decorrente da redução do poder aquisitivo. Na

verdade, há condições para que a demanda se mantenha num nível adequado, embora dependam totalmente da atuação do governo. Impõe-se, de um lado, reduzir o déficit público e, de outro, praticar uma política monetária mais ativa.

Até agora, o Planalto não conseguiu convencer a Nação de que levará a termo seu projeto de zerar o déficit operacional. Ao contrário, quando se verifica que o Orçamento da União foi sancionado sem veto sobre os gastos, com a pretensão de se negociar com os congressistas os cortes necessários, notando-se ademais que não há entendimentos entre os membros do governo para fixação de uma política dos salários do funcionalismo, surgem sérias dúvidas quanto à possibilidade de chegar-se a um superávit primário...

Estamos verificando que a insolvência é inferior à do ano passado, o que pode refletir uma melhoria dos negócios. Mas, seguramente, o principal fator reside num excesso de liquidez. Falta ao governo uma política monetária austera, que poderia até dispensar a manutenção de juros tão altos. O que se pode perguntar é se com a ausência de déficit público e uma expansão monetária bem controlada se poderá obter ainda um crescimento da demanda. A resposta pode ser dada por países vizinhos, credenciados a afirmar que o grande fator de crescimento da demanda é a queda da inflação.